

POLÍTICA PARA AS OPOSIÇÕES PRÓ-ANDES-SN

Defenderemos os princípios do sindicalismo classista contra os métodos antidemocráticos e de rebaixamento das pautas da Proifef. Garantiremos o suporte político, jurídico e material às oposições pró-ANDES-SN por meio da articulação entre as oposições de entidades federadas ao Proifef, "autônomas" e em seções sindicais em que as diretorias pretendem promover a desfiliação do ANDES-SN. Desenvolveremos ações de formação sindical voltadas a politizar o debate sobre as origens da Proifef e a política antissindical dos governos do PT.

Leia o QR Code para acessar nosso programa completo, assinar nosso manifesto, nos seguir nas redes sociais e mostrar seu apoio na sua foto de perfil!



COMPÕEM A CHAPA 3:

Presidente: Gean Claudio de Souza Santana (UEFS)	Secretário Geral: Welbson do Vale Madeira (UFMA)
1º Vice-Presidente: Wagner Miquéias Felix Damasceno (UNIRIO)	1ª Secretária: Priscila Monteiro Chaves (UFES)
2ª Vice-Presidenta: Celeste dos Santos Pereira (UFPEL)	2ª Secretária: Maria Suely Soares (UFPR)
3ª Vice-Presidenta: Maria Luzinete Alves Vanzeler (UFMT)	3ª Secretária: Gilcelene de Brito Ribeiro (IFPI)
1ª Tesoureira: Soraia de Carvalho (UFPE)	
2º Tesoureiro: André Rodrigues Guimarães (UNIFAP)	
3º Tesoureiro: Gihad Mohamad (UFSM)	

REGIONAL RIO DE JANEIRO

- 1ª Vice-Presidenta:** Viviane Becker Narvaes – (UNIRIO)
2ª Vice-Presidenta: Luciana Santos Collier – (UFF)
1º Secretário: Marco Antonio Perruso – (UFRRJ)
2ª Secretária: Gelta Terezinha Ramos Xavier – (UFF)
1ª Tesoureira: Maria Jacqueline Girão Soares de Lima – (UFRJ)
2º Tesoureiro: André Meyer Alves de Lima – (UFRJ)

Chapa 3 no último Congresso do ANDES-SN | Foto: Eline Luz - Imprensa ANDES-SN



CHAPA 3
ANDES-SN
CLASSISTA E DE LUTA

**Dias 7 e 8 de maio
POR UM SINDICATO
AUTÔNOMO, CLASSISTA E
DE LUTA,
VOTE CHAPA 3!**

Vamos reconduzir o ANDES-SN para o rumo da luta com independência em relação aos governos e reitorias e sem aparelhamento partidário!

A categoria docente tem enfrentado condições de trabalho degradantes, defasagem remuneratória, aumento no endividamento, falta de recursos financeiros e materiais nas nossas instituições, em um cenário de intensificação e plataformação do trabalho docente que impacta nossa saúde mental. As perdas de direitos por meio das contrarreformas têm afetado as famílias trabalhadoras de forma geral, e cada vez mais docentes acumulam o papel de apoio econômico a familiares, e de cuidadores, condição que recai com maior peso sobre as mulheres. Nesse contexto há necessidade de luta constante contra as discriminações e opressões, pois ainda que tenhamos avançado em termos uma categoria tem se tornado mais diversa, com o ingresso de pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, trans e travestis, esse processo ainda está incompleto e enfrenta duros ataques. Para docentes aposentadas(os), as várias manobras dos governos, para distanciar as remunerações de servidoras(es) da ativa e aposentadas(os) e confiscar parte dos rendimentos, criam um quadro de crescentes dificuldades para suprir as condições para a uma vida plena e saudável após décadas de contribuições à sociedade.

Em resposta a esse quadro, docentes de todo o país se levantam em greves e enfrentam ataques antissindicalistas dos governos e reitorias, com a criminalização das lutas. Porém, vimos os danos do governismo para o movimento, a exemplo do desmantelamento da greve das federais de 2024 pela atual Diretoria do ANDES e coletivo Renova Andes, assim que o presidente Lula ordenou, sem que houvesse garantias do cumprimento do acordo.

Apesar do simbolismo da posse de Lula, com indígenas, negros, mulheres e pessoas com deficiência subindo a rampa do Palácio do Planalto, seu governo mostra a cada dia, a impossibilidade de conciliar interesses antagônicos. O "Teto dos Gastos" foi substituído pelo "Novo Arcabouço Fiscal", preservando a máxima prioridade ao sistema da dívida pública. Enquanto isso, as contrarreformas administrativas vêm sendo aplicadas por governos municipais, estaduais e federal, articulando também os parlamentos e o judiciário.

A independência política do nosso sindicato precisa ser retomada. Por isso, é preciso fortalecer um campo de oposição pela esquerda ao governo Lula/Alckmin, que capitula à ordem econômica capitalista, ao rentismo e ainda atua para desmobilizar os movimentos sociais. Defendemos os empregos, salários, direitos, terra, pela revogação e fim das contrarreformas e privatizações. Essa mesma luta deve enfrentar também os ataques da direita reacionária, sem adesão à política de conciliação de classes.

As causas e soluções para nossos problemas não se limitam às fronteiras nacionais. Há uma ofensiva internacional para intensificar a exploração de povos e continentes, em benefício de uma oligarquia financeira. O genocídio do povo palestino, por parte do Estado sionista de Israel, manifesta a violência da dominação e exige uma resposta a partir do internacionalismo proletário, com ações concretas em defesa de todos os povos que lutam por sua autodeterminação.

Defendemos a luta anticapitalista como indissociável das lutas contra todas as formas de opressão e o colapso ambiental!



10 razões para eleger a Chapa 3 - ANDES-SN Classista e de Luta:

POLÍTICA EDUCACIONAL

Defendemos a educação pública, gratuita, democrática, laica, universal, de qualidade, socialmente referenciada e autônoma nas dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com garantia das condições estruturais e materiais como direito social e dever do Estado, sem concessões às formas de precarização e intensificação do trabalho. As eleições devem ser diretas e no mínimo paritárias para IES federais e estaduais (e é preciso revogar a Lei nº. 9.192/95 e a imposição da lista tripla no caso das federais) e defendemos eleições democráticas para gestoras(es) das IMES. Lutaremos por políticas educacionais que garantam os direitos de mulheres em atividade ou aposentadas, pretas, quilombolas, indígenas, mães e cuidadoras de pessoas com deficiência, migrantes, refugiadas, apátridas, de comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+ e de demais grupos discriminados.

Promoveremos a criação de uma Frente Nacional em Defesa da Escola Pública e denunciaremos o caráter privatista do novo Plano Nacional de Educação, além de defender a realização do IV Encontro Nacional de Educação (ENE). Lutaremos pela revogação dos programas, leis, decretos, resoluções relacionados à contrarreforma do Ensino Médio, BNCC e à militarização das escolas. Lutaremos contra o avanço da platformização na Educação, contra oligopolização do Ensino Superior e contra os sistemas de avaliação associados ao ranqueamento e ao financiamento meritocrático e insuficiente.

CARREIRA DOCENTE

Defenderemos os direitos de docentes das IFES, IEES-IMES-IDES na luta pelo Projeto de Carreira Única do ANDES-SN para o Magistério Federal, Estadual, Municipal, Distrital e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico atuando no ensino, na pesquisa e na extensão, garantidas as especificidades de cada nível de ensino na construção de educação pública de qualidade e socialmente referenciada. Defenderemos o ingresso por concurso público que leve em conta ações afirmativas. Defenderemos que o trabalho docente e o desenvolvimento na carreira sejam tratados no âmbito da autonomia institucional. No seu desenvolvimento, defendemos a valorização do regime de DE, a paridade e a integralidade na aposentadoria. Exigiremos o estabelecimento de data-base e lutaremos contra a contrarreforma administrativa (PEC nº 32/2020) e qualquer medida que a ela se assemelhe.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Defendemos desvincular a ciência e a tecnologia das lógicas capitalistas de produção e de mercado, com a decisão política por questões sociais e ambientais, além do financiamento exclusivamente público, fortalecendo o movimento Ciência Aberta. Lutaremos pela reconstrução do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação a partir de uma perspectiva de C&T voltada para a eliminação das desigualdades sociais e regionais. Lutaremos contra as estruturas de dominação de gênero e étnico-raciais na produção científica, visando à recuperação de saberes invisibilizados, especialmente os dos povos originários, em uma perspectiva anticolonial e anti-imperialista e contra as assimetrias na divisão sexual do trabalho.

Reivindicaremos o aumento da participação de mulheres e pesquisadores(as) negros(as), quilombolas, ciganos(as), indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+ na ciência, tornando-a mais complexa e diversa em termos de gênero, sexualidade, raça e saberes. Lutaremos contra a lógica concorrencial de editais e pelo financiamento público exclusivamente para Educação, produção de ciência e tecnologia pública, pois dele depende nossa independência, substantiva autonomia e liberdade na produção do conhecimento socialmente referenciado.

SEGURIDADE SOCIAL

Quanto à Saúde: Exigiremos a manutenção da vinculação constitucional para o financiamento da saúde. Lutaremos pelo fim da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EB-SERH) e de todas as formas de terceirização das gestões dos hospitais públicos federais, estaduais e municipais, exigindo o retorno da gestão dos hospitais universitários às IES públicas. Reivindicaremos a expansão de direitos, condições de trabalho e rompimento com a lógica produtivista para garantir a saúde física e mental das(os) docentes.

Quanto à Previdência Social: Lutaremos pela revogação de todas as etapas da contrarreforma da previdência, com garantia de paridade e integralidade para aposentadas(os) e pensionistas. Defenderemos o fim da cobrança da contribuição previdenciária de aposentadas(os) e pensionistas. Lutaremos pelo reenquadramento de aposentados(as) à posição na carreira relativa ao teto quando do ato de aposentadoria, sem perdas financeiras, e pelo fim da cobrança do IRRF. Exigiremos a revogação da Funpresp e de todos os demais fundos de pensão nos estados e municípios.

Quanto à Assistência Social: Combateremos nas ruas o pacote de contrarreformas que afeta aposentadas(os), pensionistas e PcD's. Defenderemos os direitos da pessoa com deficiência, conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil em 2008.

POLÍTICA DE COMBATE ÀS OPRESSÕES

Defenderemos a representação e as pautas específicas da diversidade da nossa categoria no que concerne a gênero, raça, etnia, orientação sexual e capacidades (pessoas com deficiência) nos espaços deliberativos do Sindicato Nacional. Realizaremos formação sindical na perspectiva das lutas de classe, gênero, orientação sexual, raça, diversidade étnica, pessoas com deficiência. Combateremos toda e qualquer forma de assédio. Lutaremos por uma política ampliada de ações afirmativas de forma a contemplar grupos e sujeitos sócio-historicamente oprimidos. Retomaremos a luta histórica das mulheres por creches nos três turnos de trabalho de docentes. Lutaremos pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, via ampliação dos postos de trabalho; pela revogação da reforma trabalhista e previdenciária, destacando o peso maior que recai sobre pessoas negras, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+; pela autodeterminação dos povos indígenas e soberania sobre seus territórios; pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito pelo SUS. Exigiremos o cumprimento da Lei nº 13.370/2016, que permite redução de carga horária para mães e pais de crianças com autismo, bem como pela expansão dos direitos de redução de carga horária e licenças para mães, pais e cuidadoras(es) de pessoas com deficiência e outras necessidades de saúde nas famílias.

POLÍTICA AMBIENTAL, URBANA E AGRÁRIA

Lutaremos contra o projeto de exploração de petróleo da Margem Equatorial. Em defesa da autonomia do IBAMA e seus relatórios técnico-científicos. Pautaremos a construção de uma COP paralela e pela base, junto às comunidades rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta, periferias da cidade e todos que almejam uma mudança ambiental e socioeconômica. Lutaremos contra a ação da mineração em terras indígenas, quilombolas e reservas ambientais e contra o marco temporal em defesa da imediata titulação de terras indígenas e quilombolas. Lutaremos contra a privatização da água e das empresas públicas/estatais de abastecimento de água e esgoto. Defenderemos a valorização da agroecologia e da agricultura familiar: para que o orçamento da educação, no que diz respeito à alimentação em restaurantes universitários e refeitórios escolares, seja direcionado a esses tipos de produção. Realizaremos formação política sobre a relação entre o colapso ambiental e a crise capitalista, e seus impactos sobre a educação pública. Apoiaremos as lutas contra os ataques do capital sobre a natureza, junto aos povos do campo, da cidade, das águas e das florestas.

COMUNICAÇÃO E ARTE

Defendemos que o uso de redes sociais tome-as como espaços complementares de comunicação, sem substituir as formas diretas de luta. Produziremos uma comunicação combativa, que denuncie e exponha de modo concreto e honesto as condições da categoria. Garantiremos que os materiais de comunicação expressem as efetivas condições de trabalho da categoria, considerando sua diversidade de raça e gênero, bem como garantam a acessibilidade a pessoas com deficiência. Construiremos um plano de arte e comunicação e fomentaremos a formação sindical no âmbito da arte e da cultura como instrumentos fundamentais da luta de classe, contra as opressões e de denúncia daquilo que mais nos flagela.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE

Lutaremos pelo fortalecimento das Comissões da Verdade Locais existentes e pela criação de novas onde não houver, para ampliar as pesquisas documentais e a memória das resistências à ditadura empresarial-militar. Fomentaremos "desomenagens" e revogações de títulos honoríficos a ditadores e apoiadores da ditadura. Construiremos em nosso Sindicato Nacional uma efetiva política de memória, verdade, justiça e reparação para grupos de vitimados pela ditadura militar e pela violência de Estado: indígenas, camponeses, trabalhadoras(es), LGBTQIAPN+. Combateremos o revisionismo histórico que minimiza a ditadura e ofende a memória dos mortos e desaparecidos. Incluiremos o contraditório e a diversidade política do movimento docente nos materiais oficiais do ANDES-SN construídos na perspectiva de documentação da história deste movimento, para garantir a pluralidade contra o apagamento das posições contrárias à corrente majoritária no sindicato. Fomentaremos políticas de preservação da memória das Seções Sindicais e do conjunto documental do ANDES-SN.

FORMAÇÃO SINDICAL

Reabriremos a discussão sobre a filiação do sindicato a uma central sindical classista e a necessidade de superar a fragmentação e o divisionismo do movimento sindical e popular brasileiro. Pautaremos o debate sobre a proporcionalidade na eleição sindical, para que a categoria avalie como uma possibilidade de ampliação da democracia. Incentivaremos processos de formação sindical que se apoiem na experiência histórica do ANDES-SN enquanto parte dos processos de reorganização da classe trabalhadora, desde sua criação em 1981, quando havia a proibição de sindicatos e greves no serviço público.